

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Parceiros e Clientes:

Apresentamos as demonstrações financeiras da BS2 DTVM S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e seu comparativo com 2017. A BS2 DTVM, também denominada BS2 Câmbio e Investimentos, iniciou suas atividades em 07 de dezembro de 2017, em um de seus nichos de atuação - o mercado de câmbio. Em 2018, estas operações tiveram uma trajetória de crescimento robusta. No braço de investimentos, todas as bases para o lançamento de uma plataforma aberta foram construídas ao longo do ano. Também expandimos as praças de atuação da distribuidora, que estruturou um novo escritório comercial no Rio de Janeiro, no bairro do Botafogo.

As operações de câmbio varejo cresceram de forma substancial neste primeiro ano. Fechamos o exercício com cerca de 60 correspondentes cambiais, que somam mais de 100 pontos de venda em todo país. O volume de operações alcançou algo como USD 392 milhões ao longo do ano, entre transações de papel moeda, cartões pré-pagos em moeda estrangeira e operações de intermediação de câmbio comercial e financeiro (*remittance and money transfer*). Esta performance proporcionou a instituição uma posição de destaque no ranking do Bacen, uma vez que passou a figurar entre as maiores distribuidoras do país (93ª posição no ranking geral das instituições financeiras e 19ª entre as distribuidoras/corretoras independentes). Além disso, auferimos um resultado

de aproximadamente R\$8 milhões em receitas líquidas de comissões nestas operações. O braço de investimentos, que entrou em operação restrita (*family & friends*) no início de dezembro, estará amplamente operacional no primeiro trimestre de 2019, com o objetivo de levar aos clientes excelentes produtos de Renda Fixa, Renda Variável e Fundos de investimentos, de forma simplificada e com taxas atrativas. Os resultados alcançados estão aderentes aos objetivos estratégicos da instituição e são considerados muito satisfatórios, visto todos os investimentos que estão sendo realizados para a consolidação das operações de câmbio-varejo e o início do segmento de investimentos.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros pelo prestígio em operar conosco e aos acionistas pela confiança, apoio e estímulo para o desenvolvimento da distribuidora, que se consolida como uma opção cada vez mais robusta no mercado de câmbio-varejo e, mais recentemente, como braço de assessoria e distribuição de produtos de investimentos. Aos nossos colaboradores, o nosso agradecimento pelas entregas e espírito de equipe na construção de uma instituição que prima pela excelência nos serviços prestados a seus clientes.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE		3.810	165
DISPONIBILIDADES	3	21.749	4.693				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4	9.661	4.187	OUTRAS OBRIGAÇÕES		3.810	165
Carteira própria		10.381	493	Fiscais e previdenciárias	6(a)	458	43
OUTROS CRÉDITOS	5	1.707	12	Negociação e intermediação de valores		21	
Rendas a receber		109		Diversas	6(b)	3.331	122
Diversos		1.598	12				
OUTROS VALORES E BENS			1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.072	4.737
Despesas antecipadas			1	Capital de domiciliados no país	7(a)	20.000	5.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		252	175	Prejuízos acumulados		(928)	(263)
OUTROS CRÉDITOS	5	252	175				
Diversos		252	175	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.882	4.902
PERMANENTE		881	34				
IMOBILIZADO DE USO		285					
Outras imobilizações de uso		343					
Depreciações acumuladas		(58)					
INTANGÍVEL		596					
Ativos intangíveis		751	34				
Amortização acumulada		(155)					
TOTAL DO ATIVO		22.882	4.902				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016			
Integralização de capital	5.000		5.000
Prejuízo do exercício		(263)	(263)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.000	(263)	4.737
Aumento de capital	15.000		15.000
Prejuízo do exercício		(665)	(665)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	20.000	(928)	19.072
Saldo em 30 de junho de 2018	20.000	2	20.002
Prejuízo do semestre		(930)	(930)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	20.000	(928)	19.072

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Segundo Semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.709	7.507	64
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez			278	712
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	9	135	(943)	
Resultado de operações de câmbio	10	3.296	7.738	21
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.709	7.507	64
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(5.219)	(8.615)	(502)
Receitas de prestação de serviços		1.188	1.316	
Despesas de pessoal	11	(3.325)	(5.094)	(178)
Outras despesas administrativas	12	(2.943)	(4.483)	(321)
Despesas tributárias		(354)	(593)	(3)
Outras receitas operacionais		215	243	
Outras despesas operacionais			(4)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.510)	(1.108)	(438)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8(c)	580	443	175
Provisão para imposto de renda		47	48	
Outras para contribuição social		485	443	175
Ativo fiscal diferido				
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		(930)	(665)	(263)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(46,50)	(33,25)	(52,60)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Segundo Semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do semestre/exercícios	(930)	(665)	(263)
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo)	(1.831)	4.129	(196)
Varição cambial	(1.536)	4.359	(21)
Depreciação e amortização	190	213	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(485)	(443)	(175)
Prejuízo ajustado	(2.761)	3.464	(459)
Variações dos ativos e passivos			
Títulos e valores mobiliários	1.837	(9.889)	(493)
Outros créditos	(905)	(1.328)	(12)
Outros valores e bens	37	1	(1)
Outras obrigações	792	3.645	165
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.000)	(4.107)	(800)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso	(246)	(343)	
Aquisição de intangível	(480)	(717)	(34)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(726)	(1.060)	(34)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital			5.000
Aumento de capital		15.000	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		15.000	5.000
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.726)	9.833	4.166
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	9.851	4.187	
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	1.536	(4.359)	21
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	9.661	9.661	4.187
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.726)	9.833	4.166

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BS2 DTVM"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, controlada direta do Banco BS2 S.A. e sua atuação é focada em assessoria e distribuição de investimentos e soluções de câmbio para varejo. No âmbito de investimentos, a DTVM atua na distribuição de títulos de renda fixa e fundos de investimento, além de intermediar operações no mercado de renda variável para clientes. No câmbio, realiza a compra e venda de moedas estrangeiras em espécies, por meio de correspondentes cambiais. Constituída em 07 de junho de 2017 com a denominação social Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 07 de dezembro de 2017 e teve sua denominação social alterada para BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em fevereiro de 2018. Seu nome fantasia é BS2 Câmbio e Investimentos.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas

Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente

Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1)

Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da BS2 DTVM revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva da BS2 DTVM em 18 de fevereiro de 2018.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social, diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente convertíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pela BS2 DTVM para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações,

por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

• Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e

• Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(f) Permanente

Imobilizado de uso - Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obteria com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível - Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por softwares adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil.

(g) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "impairment" no resultado do exercício.

(h) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015, e 20% a partir de setembro de 2015, permanecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei 13.169/15.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 15%.

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

• Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

• Obrigações legais - fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	2018	2017
Disponibilidade em moeda nacional	2.382	416
Disponibilidade em moeda estrangeira	7.279	3.771
Total	9.661	4.187

4 Títulos e valores mobiliários

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários não divergem do valor pela curva.

	2018	2017
Livres - Títulos para negociação		
Certificados de depósitos bancários	493	
Letras Financeiras do Tesouro	10.381	
Total - Circulante	10.381	493

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e são custodiados pela SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

5 Outros créditos - Diversos

	2018	2017
Créditos tributários	618	175
Impostos e contribuições a compensar	336	9
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 13 (a))	356	
Diversos (i)	540	3
Total	1.850	187

9 Resultado com instrumentos financeiros derivativos

ADTVM realizou no exercício operações no mercado futuro para mitigar a exposição das operações de câmbio indexadas a moeda estrangeira. Estas operações geraram um resultado líquido negativo de R\$ 943 no exercício de 2018 (R\$ 0 – 2017).

10 Resultado de operações de câmbio

	Segundo Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2017	2017
Rendas de operações de câmbio	38	38		
Rendas de variações e diferenças de taxas	14.284	32.937	46	
Despesas de operações de câmbio	(7.183)	(12.224)		
Despesas de variações e diferenças de taxas	(3.843)	(13.013)	(25)	
Total	3.296	7.738	21	

11 Despesa de pessoal

	Segundo Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2017	2017
Honorários	332	462		
Benefícios	279	462	7	
Encargos Sociais	502	890	43	
Proventos	2.075	3.127	128	
Treinamento	137	153		
Total	3.325	5.094	178	

12 Outras despesas administrativas

	Segundo Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2017	2017
Prestação de serviços	628	956	257	
Processamento de dados	767	1.294	2	
Comunicação	124	142		
Aluguel	251	459	36	
Depreciação e amortização	189	213		
Propaganda e publicidade	72	93		
Transportes	447	662		
Manutenção e conservação de bens	52	65	2	
Viagens	180	236	1	
Outros	233	363	23	
Total	2.943	4.483	321	

13 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e operações mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Receitas (Despesas)			
	Segundo Semestre		Exercícios	
	Ativos (Passivos) 2018	2017	2018	2017
Banco BS2 S.A.				
Depósitos bancários	174	14		
Títulos e valores mobiliários		493	214	549
Outros créditos - Diversos	355	1		
Outras obrigações - Diversas	(440)	(70)		
Receitas de prestação de serviços			969	1.003
BS2 Asset Management - Adm. de Recursos S.A.				
Outros créditos - Diversos	1			

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	Segundo Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2017	2017
Honorários		130	260	
Participação nos lucros e resultados		202	202	
Encargos sociais		30	59	
Total		362	521	

Conforme legislação em vigor até 31 de dezembro de 2018, a BS2 DTVM não podia conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não foram efetuados pela BS2 DTVM empréstimos ou adiantamentos a qualquer sociedade ligada, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades, mantendo dentro de limites consideráveis aceitáveis a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a DTVM possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, vide detalhes na nota 9.

15 Gerenciamento de risco

A gestão de riscos da BS2 DTVM é centralizada no seu controlador Banco BS2 S.A. por meio do Conglomerado Prudencial BS2 a qual reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e socioambiental. É feita a divulgação do "Relatório de Gerenciamento de Riscos" no site do Banco BS2 em Governança Corporativa, na seção "Relatório de Gerenciamento de Riscos" (www.bs2.com/governanca-corporativa) que visa atender a Circular 3.678/13 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

Diretoria

Juliana Braga Pentagna Guimarães - Diretora Presidente
 Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Diretor Vice-Presidente
 Gabriel Pentagna Guimarães - Diretor Vice-Presidente
 Francisco Ferreira Neto - Diretor Executivo
 Ziro Murata Júnior - Diretor Executivo

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
 Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
 BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 (Anteriormente denominado Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da DTVM é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DTVM.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2019.



PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
 Contador CRC 1SP197007/O-2